

o que resta da comuna de paris?

priscila piazentini vieira

Em “Viva a Comuna? A insurreição da classe operária que chocou o mundo”¹, matéria publicada na edição on-line internacional do jornal inglês *The Guardian*, Julian Coman destaca as disputas em torno da comemoração dos 150 anos da Comuna de Paris. Em 2021, a concepção de uma nova forma de democracia radical, colocada em prática pelos *communards* em 1871, divide a França novamente. Refletindo sobre como a memória do passado revolucionário francês é acionada no presente, Coman se lembra das palavras escritas em um cartaz, alguns anos antes, em uma manifestação de Paris contra as propostas de reforma do governo: “Não nos importamos com Maio de 68. Queremos 1871”.² Essa alusão à Comuna de Paris como um modelo de revolução, porém, está longe de se tornar um consenso na elaboração da memória francesa. Ele complementa, apoiando-se na reflexão de uma historiadora francesa:

“Ao contrário de 1789, a Comuna nunca foi realmente integrada na história nacional”, fala Mathilde Larrère, uma

Priscila Piazentini Vieira é professora adjunta de História Contemporânea na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: priscilav@gmail.com

o que resta da comuna de paris?

historiadora especialista nos movimentos radicais do século XIX na França. Selvagem, anárquica e dominada pelo parisiense pobre, a Comuna foi odiada tanto pela burguesia liberal quanto pelos conservadores e monarquistas da direita. Foi reprimida de maneira selvagem pelo Exército francês, e seus próprios atos de violência brutal criaram feridas que nunca cicatrizaram. ‘A Comuna de 1871 não se tornou parte de uma memória consensual coletiva’, diz Larrère. Em uma sociedade que prezava a moral e os bons costumes, foi vista como algo que ultrapassou os limites”.³

A imprensa tradicional da época, portanto, associou esse evento histórico à radicalidade exagerada de suas ações e às barricadas sangrentas. A imprensa operária e libertária relatou a violência brutal com a qual o movimento foi reprimido pelo exército francês, bem como as transformações que provocaram na organização da cidade. A luta em torno da memória da Comuna de Paris continua em disputa. Coman cita alguns dos artigos veiculados pela imprensa francesa: no site do jornal *Le Monde*, o historiador Roger Martelli defende a comemoração dos seus 150 anos em “A Comuna de Paris é um bem comum que a República deve celebrar”⁴, afirmando que o movimento se apoiou em valores democráticos. Já em *L’Express*, uma pesquisa que pergunta: “Devemos celebrar os 150 anos da Comuna de Paris?”⁵, exemplifica essa falta de consenso na memória coletiva francesa.

Em 2021, a polêmica foi retomada porque a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, organizou uma série de eventos para lembrar os acontecimentos revolucionários, como a plantação de uma árvore em Montmartre, região que foi o epicentro da revolta e onde se encontra a Praça Louise Michel, uma homenagem à anarquista combatente no

conflito. Sobre os eventos de 1871, Louise Michel escreveu, em 1898, *La Commune*.⁶ Já os conservadores, tal como o político Rudolph Granier, atacam a ideia da celebração e propõem o boicote aos eventos. Mesmo com esses embates acalorados, acompanhar a cobertura da imprensa francesa nos leva a uma conclusão: a Comuna de Paris será lembrada e comemorada, no dia 18 de março de 2021, em toda a França.

Coman, ainda, lembra que existe uma associação, *L'association des Amies et Amis de la Commune de Paris* (1871) — A associação das Amigas e dos Amigos da Comuna de Paris (1871), que foi criada em 1889 e, desde esse ano até o presente, tem se dedicado a comemorar a Comuna de Paris. Além disso, o texto escrito para o *Guardian* lembra que o movimento de rua mais numeroso dos últimos anos que apareceu no território francês, os *Gilets Jaunes* — Coletes Amarelos, tem estabelecido conexões com a Comuna de Paris, ao menos desde 2018. Seriam os *Gilets Jaunes* os verdadeiros herdeiros dos *communards*? Seria preciso julgar se tanto *L'association des Amies et Amis de la Commune de Paris* e os *Gilets Jaunes* são fiéis aos princípios colocados em prática pela Comuna de Paris em seus 72 dias de existência? Tal como fez Michel Foucault,⁷ recuso o papel do crítico e do juiz e o lugar da polêmica, que conta sempre com uma plateia sedenta por condenações e aplausos instantâneos. Em uma direção diversa, pergunto: Como a Comuna de Paris tem sido comemorada no presente? Quais são as características da Comuna de Paris que são lembradas, por exemplo, pelas feministas e pelos *Gilets Jaunes*, que potencializam tanto a memória da Comuna, quanto as ações desses gru-

o que resta da comuna de paris?

pos na atualidade?⁸ Qual é o entusiasmo que resta com a Comuna de Paris?⁹

De acordo com o site e aplicativo francês *Babelio*¹⁰, *L'association des Amis de la Commune de Paris* (1871) — A associação dos Amigos da Comuna de Paris (1871) foi criada em 1882 pelos *communards* que voltavam do exílio e da deportação. O principal objetivo da sua existência foi tornar conhecida a história da Comuna de Paris. Ela é considerada a organização mais antiga do movimento operário francês que ainda continua em atividade. A associação tem contado com o aumento de adesões individuais e coletivas e sua sede, localizada na cidade de Paris, abriga uma livraria e um arquivo documental. O site da associação publica boletins trimestrais¹¹ desde 1997, dedicados a perpetuar a memória da Comuna. Além disso, a cada ano, uma manifestação é organizada no 18 de março, primeiro dia do evento histórico, além de outras inúmeras atividades. A associação também comemora o último dia da Comuna com uma caminhada até o Muro dos Federados.¹² Em 2013, a associação feminizou seu nome, tornando-se *Les Amies et Amis de la Commune de Paris* (1871) — As Amigas e os Amigos da Comuna de Paris (1871). Em 2021, um site foi criado pela associação para reunir todos os eventos de comemoração dos 150 anos, como o apoio de um conjunto de associações, sindicatos e partidos políticos.¹³ Com o título “1871-2021. VIVA A COMUNA!”, o texto que promove a comemoração descreve a Comuna de Paris como uma “experiência breve, inédita, encurralada por um massacre da população civil sem precedentes em nossa história contemporânea (...) que conquistou muita coisa, no que diz respeito à justiça, à igualdade, ao direito ao trabalho, à escola e à habita-

ção. Ela não chegou até os direitos políticos das mulheres, mas fez recuar as discriminações de classes, de gêneros ou de nacionalidades. Ela agiu e ela sonhou”.¹⁴ A seguir, serão retomados todos esses campos citados nos quais a Comuna de Paris produziu transformações e que, como tão bem o trecho exemplifica, continuam sendo rememorados e compartilhados.

As communardes e a herança revolucionária

Apesar desse senão em relação aos direitos políticos não conquistados pelas mulheres, a presença delas na Comuna de Paris foi fundamental. A bibliografia produzida sobre o tema é bastante extensa.¹⁵

Em uma entrevista concedida a Gabriel Pornet em 2019, para o jornal francês *Libération*¹⁶, novamente é a historiadora Mathilde Larrère que conta sobre a participação das mulheres na Comuna de Paris. Ela comenta como, comparando-a com as demais revoluções, em 1871, as mulheres foram mais aceitas como combatentes. Em 1830, algumas, mas não muitas, participaram de barricadas e, dentre estas, muitas se travestiam de homens. De forma semelhante, em 1848, elas prepararam os cartuchos e assumiram um papel importante nos bastidores. Já em 1871, elas se reúnem em batalhões e comandam algumas barricadas. Sobre a fama das mulheres lutando com os uniformes militares no conflito, Larrère afirma que mesmo que elas não fizessem parte da guarda nacional e não tivessem acesso ao uniforme completo dos combatentes, elas começaram a reivindicar o uso de uma vestimenta mais prática para a ação: as calças.¹⁷ No mesmo espaço de comemoração da Comuna de Paris aberto pela BnF,

o que resta da comuna de paris?

Hélène Hernandez, em “Qual é a herança das *communes* em 2019?”¹⁸, também lembra que, já na Comuna, as mulheres ousaram usar a calça, libertando-se das vestimentas consideradas como aquelas condizentes com os bons costumes, tais como o vestido e o espartilho. A interdição ao uso da calça pelas mulheres havia sido decretada em 1800.

Larrère, ainda, rebate obras¹⁹ que insistem em dizer que as preocupações na Comuna não eram propriamente “feministas”, já que, para ela, tais trabalhos cometem o erro clássico de reduzir o feminismo à questão do voto. Mesmo que a reivindicação não estivesse ausente, ela não era a prioridade, dado que as mulheres lutavam pelo direito ao trabalho, pela supressão das disposições desiguais do Código Civil e, sobretudo, pelo fim da incapacidade civil das mulheres casadas, como também pelo direito à instrução e ao porte de armas. Nesse sentido, considerando todas essas reivindicações, Larrère defende que podemos considerar que havia demandas feministas claramente formuladas no seio da Comuna. O feminismo, dessa maneira, luta por muito mais do que o acesso às urnas.

Diante disso, Larrère também destaca outras reivindicações das mulheres na Comuna, como a luta pela igualdade salarial entre homens e mulheres. Apesar da dificuldade que temos de saber se essa proposta conseguiu ser colocada em prática, Larrère revela que essa solução parece ter sido adotada em alguns ateliers associativos. Elas, além disso, lutaram pelo reconhecimento das concubinas e dos seus filhos ilegítimos e para que as pensões dadas às mulheres dos guardas nacionais mortos também fossem enviadas para as mulheres que não eram casadas, algo fundamental no meio operário, no qual o casamen-

to era pouco presente. Além disso, elas conseguiram lidar com o problema da prostituição, e Larrère menciona os importantes textos de Louise Michel²⁰ sobre esse tema. A questão da prostituição também é mencionada por Hélène Hernandez²¹ como um dos posicionamentos que mais chama a atenção na Comuna. Assim como Larrère, Hernandez diz que a luta pela conquista do voto ganhou grande amplitude no século XIX e acabou encobrindo muitas das reivindicações das *communardes*.

Larrère volta a recorrer aos relatos de Louise Michel²², nos quais são citadas 10.000 mulheres em combate vindas dos bairros operários. Entre as que foram mencionadas no conselho de guerra, Hernandez revela a presença de 756 operárias, 70 comerciantes e 4 educadoras. Em 1869, Léon Richer havia lançado o livro *Les Droits de la femme* e a revista *Les Droits des femmes* e, em 1870, surge *L'Association pour le droit des femmes*. Nesse mesmo ano, Maria Deraismes, André Léo e Louise Michel se reuniram na *Société pour la revendication des droits civils des femmes*. Hernandez destaca que o nome dessa associação indicava claramente que os direitos civis eram compreendidos de uma maneira bem mais ampla que o direito de voto, trazido pelas sufragistas, comandadas por Hubertine Auclert, como o eixo principal das suas reivindicações. A mencionada luta contra a prostituição²³ integra esses direitos mais amplos. Os eleitos para governar o XIème arrondissement fecharam as casas de tolerância desde maio de 1871. Lutaram pela supressão do tráfico de exploração sexual das mulheres para mercados que se aproveitavam da miséria operária. Toda a regulamentação, inclusive acompanhada de cuidados médicos para essas mulheres, ocorreu apenas nos 72 dias de duração da insurreição, pois

o que resta da comuna de paris?

quando as/os revolucionárias/os foram derrotadas/os, as casas foram reabertas e tudo voltou a funcionar como antes. Hernandez diz que foi preciso aguardar a lei de 13 de abril de 2016²⁴ para que essa luta contra a prostituição avançasse, com o apoio dado pelo *Syndicat des travailleurs du sexe* e por organizações como *Médecins du monde*, *Aides*, *Act Up-Paris*, retomando boa parte das iniciativas colocadas em prática em 1871.

No campo da educação, Larrère também ressalta que houve grande mobilização, já que elas planejaram escolas para as meninas que almejavam uma educação mista. Para além de Louise Michel, ela lembra de outros nomes como Nathalie Le Mel, Elisabeth Dmitrieff, André Léo, Blanche Lefebvre, Victorine Brocher, Marguerite Tinayre, Aglaé Jarry e todas as militantes que integravam a União pela Defesa de Paris e prestavam cuidados aos feridos, das quais sabemos muito pouco. Mesmo que a Comuna comportasse a participação de aristocratas e educadoras, a maioria do movimento era composto pelas mulheres operárias, que trabalhavam em funções consideradas menores nas fábricas têxteis ou ocupações ligadas à alimentação, como as costureiras, chapeleiras, cozinheiras, padeiras, doceiras e quituteiras.

Os embates das mulheres com os homens revolucionários também são mencionados, como a fama misógina de Proudhon e suas frases proferidas sobre o gênero feminino²⁵, mesmo que em outras ocasiões ele tivesse defendido propostas a favor da igualdade entre homens e mulheres. De todo modo, Larrère retoma as tensões entre o movimento dos operários e as mulheres, lembrando que o primeiro acusava as segundas de serem as responsáveis pela diminuição dos salários, pois as trabalhadoras pro-

vocavam a concorrência. Além disso, elas eram descritas como “fura greves”.²⁶ Diante da repressão, dos assassinatos e das condenações aos *communards*, as *communardes* foram igualmente mortas como os homens nos conflitos, mas durante os julgamentos foram indagadas se haviam entrado na luta pelo amor ou pelo envolvimento sexual com algum dos *communards*. Pairava sempre a dúvida sobre os motivos de sua participação, parecendo aos juízes ser impossível que elas pudessem integrar o combate por elas mesmas ou por seus próprios princípios e posicionamentos políticos.

Em relação às punições pronunciadas pelos conselhos de guerra, a pena de morte foi uma exceção para as mulheres, e as raras penas capitais promulgadas para elas foram transformadas em trabalhos forçados. Em compensação, algo que não aparece nos arquivos dos processos, mas que está presente na memória e no modo como a população vê a presença das mulheres na Comuna é o mito das “*pétroleuses*”, que teriam provocado os incêndios em Paris, mesmo que nenhuma mulher tenha sido condenada por essa prática. Larrère mostra que a imprensa construiu e sustentou essa imagem, dada a sua recusa e a dificuldade de encarar a mulher na política ou a figura da mulher revolucionária, acabando por torná-la responsável por todas as desgraças tidas como irracionais, recusando reiteradamente o lugar da mulher combatente e remontando à antiga associação das mulheres malvadas com o fogo e com a bruxaria. As *communardes*, ainda, eram descritas como prostitutas ou como mulheres fáceis.

Larrère conclui que, mesmo na história das mulheres, há um interesse menor pela Comuna de Paris, já que a maioria dos estudos se preocupa mais sobre o que acon-

o que resta da comuna de paris?

teceu depois, ligando-se a um feminismo mais burguês, que se voltou basicamente para a conquista do voto. Suas reflexões acompanham a maioria das estudiosas feministas que, desde a década de 1960, têm insistido na atuação fundamental das trabalhadoras na construção do feminismo. Larrère exemplifica que, de modo geral, é mais comum na memória oficial ficarmos com Olympe de Gouges e esquecermos as mulheres populares e socialistas de 1830, 1848 e da Comuna. Mesmo que a figura de Louise Michel seja sempre lembrada, ela continua sendo a única. Apesar das grandes reivindicações sociais do século XIX terem sido realizadas tanto pelos homens, quanto pelas mulheres, a memória oficial das revoluções insiste em provocar certos apagamentos. Quando as revoluções acabam, elas são suas primeiras vítimas, havendo sempre um duplo retorno à ordem, política e sexual.²⁷

Ainda assim, segundo Hernandez²⁸, um outro exemplo fundamental que conecta as reivindicações das *communes* com as feministas é o da reivindicação dos direitos sexuais e reprodutivos, dado que elas lutaram para divulgar as formas das mulheres controlarem sua fecundidade, para assim diminuir o número de mortes com os abortos e reduzir o número de filhos. Essas medidas que evocavam o direito ao aborto e à contracepção emergiram como prioridades nas assembleias. A autora nos lembra que foi preciso esperar até 1975 para que fosse promulgada a lei que autorizava, em certas condições, o aborto na França, após um movimento ilegal iniciado pelo *Mouvement pour la liberté de l'avortement et de la contraception*, o MLAC. Ela conclui sobre a herança da Comuna deixada para o movimento feminista:

“Então, se o movimento feminista não retoma o que as *communardes* defenderam e reivindicaram, restaram em Paris as Vozes Rebeldes, coral de mulheres, que vem excitar nossas memórias pelas músicas homenageando algumas *communardes*, como Louise Michel, certamente, mas também Nathalie Lemel ou André Léo, com as músicas que fazem parte de nossa herança revolucionária”.²⁹

Os *Gilets Jaunes* e a Comuna de Paris

Voltando ao site de comemoração dos 150 anos da Comuna de Paris, para comprovar que a insurreição de 1871 não está morta, *L'association des Amis de la Commune de Paris* (1871) coloca seus documentos e arquivos sobre o evento à disposição para a consulta pública. A relação construída com o ano de 2021 aposta na pluralidade de apropriações possíveis, mencionando a diversidade das questões políticas que pode ser encontrada na experiência revolucionária de 1871:

“Sua memória nutriu o combate dos explorados e das exploradas, dos oprimidos e das oprimidas, dos discriminados e das discriminadas no mundo inteiro e ela continua a fazer isso conosco, como em outro lugar. Seu grande momento de emancipação irrigou o movimento operário e a esquerda. A Comuna foi por muito tempo denegrada, deformada, ocultada. Em sociedades esfaceladas como as nossas, em um mundo incerto e nas democracias doentes, a memória, os valores e o exemplo da Comuna são de uma atualidade e de uma força incomparáveis. São estímulos para recordar os medos, as raivas e os ressentimentos e para manter a esperança.

o que resta da comuna de paris?

A Comuna não pertence a nenhuma corrente, nenhuma escola, nenhuma sensibilidade particular. Ele só existe hoje na pluralidade das memórias que são reivindicadas. Para que ela continue, cada olhar que a valoriza deve poder se exprimir em sua especificidade. Mas cada olhar particular não pode ignorar a soma de todas as outras”.³⁰

O trecho levanta temas fundamentais: a associação da Comuna de Paris com o movimento operário e a esquerda, mas não somente com os grandes grupos e os partidos políticos. As palavras, assim, apostam que a força da memória da Comuna vem justamente da especificidade de cada olhar, apesar de ainda manter certa crença na totalidade. De qualquer maneira, as comemorações dos 150 anos que mais chamaram a atenção da imprensa francesa foram as anunciadas pelo movimento *Gilets Jaunes* — Coletes Amarelos, que aconteceram em todo o território francês.³¹

O artigo de Coman para o *Guardian* relembra um episódio ocorrido no final de 2018, que foi também relatado no Blog de Jean-Marc B, para a *Mediapart*.³² Nos muros de Montmartre, região chave para os conflitos da Comuna, encontram-se os dizeres: “*Commune de Paris 1781, Gilets Jaunes 2018*”. Mesmo com a troca das datas, o recado do movimento é claro: os *Gilets Jaunes* se conectam com a Comuna de Paris, construindo uma referência direta com a insurreição de 1871. Pode-se indagar: tal como a Comuna de Paris, as passeatas dos *Gilet Jaunes* teriam tido curta duração? Os protestos teriam sido interrompidos abruptamente pela pandemia, enquanto a insurreição de 1871 foi massacrada pelo exército francês? Ambos os movimentos possuiriam como integrantes principais as camadas populares? A violência descreveria tanto as práticas

militantes dos *Gilets Jaunes* quanto a dos *communards*? A diversidade política caracterizaria as duas manifestações? Ambos causariam pânico na opinião pública e nos editoriais da grande imprensa? Sabe-se que a intensidade do movimento dos *Gilets Jaunes*, segundo a linha do tempo apresentada pelo jornal *Libération*,³³ teria durado pouco mais de um ano, de janeiro de 2018 a maio de 2019, perdendo força até mesmo antes do advento da pandemia do Coronavírus, em 2020. Os *Gilets Jaunes* nunca implantaram uma autogestão nos territórios franceses, ainda mais por 72 meses, como na Comuna de Paris, ou seja, a democracia representativa francesa continua existindo da mesma maneira, mesmo após o surgimento dos *Gilets Jaunes*.

Para além dessas relações estabelecidas rapidamente, o Blog de Jean-Marc B traz uma chamada: “os *Gilets Jaunes*, tomados por um desejo radical profundo, evocam uma junção entre a lembrança da Revolução de 1789 e aquela da Comuna de Paris”.³⁴ Então, acrescenta que por mais que o movimento dos *Gilets Jaunes* recuse todo quadro político conhecido e estabelecido, ainda assim, procura por um horizonte político. E a Comuna de Paris aparece como uma das principais filiações estabelecidas. Além disso, ele mostra que na crítica feroz dos *Gilets Jaunes* ao presidente Emmanuel Macron, o tema da democracia direta ressurge como uma das soluções para transformar a democracia representativa. Essa referência remete até mesmo a um outro termo, os *Gilets Rouges* — Coletes Vermelhos, que com seus levantes populares realizam uma associação com os *communards*, mostrando que a imagem de coragem e determinação da Comuna continua povoando a memória dos franceses, incentivando a mitologia que envolve a

o que resta da comuna de paris?

experiência histórica de 1871, sempre aliada ao sangue, às mortes e à forte repressão.

Permanece, para Jean-Marc B, portanto, o imaginário que se conecta diretamente com o presente, com “este exemplo universal de uma população faminta, esmagada e desprezada que não tem nada a perder e que se mostra pronta para os maiores sacrifícios para tomar as rédeas de seu destino e defender um modelo de sociedade ‘comunista’”.³⁵ Outra associação também é feita com a atualidade: diante da pesada repressão que a insurreição sofreu no passado, com as condenações dos insurgentes pela justiça de guerra, Jean-Marc B diz que o governo de Macron também não hesita em dar sempre uma cara cada vez mais militar para a repressão aos movimentos de rua no presente, com o uso de carros blindados e de armas letais. No final de 2018, ele encara essa mistura do amarelo com o vermelho não apenas como uma questão simbólica, isso porque as reivindicações dos *Gilets Jaunes* não paravam de se radicalizar, manifestando uma oposição não somente ao Governo, mas sobretudo aos padrões capitalistas, dado que as reformas propostas por Macron na França alinhavam-se aos interesses das multinacionais capitalistas. Em 2018, como o movimento ainda era forte, o autor compreendia que ele colocava em cena duas questões: a da possibilidade da existência de uma “organização de trabalhadores radicalmente independentes e a ‘de um outro mundo’ (...) É o que a Comuna, apesar de sua vida curta, teve a coragem de pensar e de colocar em prática”.³⁶

Jean Baptiste Thomas, em “Comuna, herança e *Gilets Jaunes*”³⁷, escreve para a publicação que reúne uma rede internacional de jornais de esquerda e encara a Comuna de Paris como uma das primeiras experiências contempo-

râneas de governo do povo por ele mesmo e que, no presente, encontra-se ressignificada e tomada por uma nova força. Ele aponta para as ligações, ou o que ele chama de “paralelismos reflexivos”, entre as propostas colocadas em prática pela Comuna e os *Gilets Jaunes* na atualidade. Em primeiro lugar, ele menciona a luta dos *Gilets Jaunes* contra o endividamento, denunciando os agentes bancários ou até mesmo os juros cobrados por todo tipo de crédito, comparando-os aos baixos salários recebidos e à impossibilidade de pagar essas dívidas, relacionando isso ao que aconteceu em 12 de abril de 1871. Nesta data, a Comuna suspendeu as ações judiciais que diziam respeito às dívidas não pagas, sejam as de aluguéis, empréstimos ou as de comércio. Outros decretos também deram conta de um programa de reembolso das dívidas que já haviam sido pagas, permitindo às famílias a liberação de objetos empenhados em um sistema de créditos, o *Mont-de-Piété*, comandado pela Igreja.

Além disso, outro problema que aparece nas reivindicações dos *Gilets Jaunes* é o da habitação, com a denúncia das más condições e das injustiças nos contratos de aluguéis, por exemplo. Segundo Thomas, a Comuna anulou os aluguéis devidos pelos locatários aos proprietários. Em um contexto de grave crise econômica e social, a Comuna decretou, também, a requisição dos apartamentos e das casas desocupadas. Outra questão mencionada é o desemprego, pois mesmo que as taxas na França atual pareçam baixas, a qualidade dos empregos, por sua vez, é bastante precária. No final do século XIX, a Comuna toma a decisão, em 16 de abril, de conceder para as associações operárias as fábricas que haviam sido abandonadas pelos patrões, em decorrência da crise econômica do período.

o que resta da comuna de paris?

No dia 4 de maio, as multas e os descontos nas folhas de pagamento foram proibidos. Ou seja, os direitos concernentes ao mundo do trabalho eram o tema central do movimento, estando presente em seus primeiros decretos.

O artigo de Valérie Toranian, para a *Revue Des Deux Mondes*, encara a Comuna como uma mistura de utopia, de projeto emancipador, de experiência autogestionária única, de ódio à assembleia eleita, de violência e de execuções sumárias. Ela retoma a mensagem escrita pelos *Gilets Jaunes* no muro de Montmartre, perguntando-se: “Os ‘gilets jaunes’ são os herdeiros da Comuna?”³⁸ Propõe-se a encarar as conexões e os afastamentos de um modo menos entusiasta do que os relatos anteriores, tanto em relação aos *Gilets Jaunes*, quanto à Comuna de Paris. Para Toranian, de um lado, a Comuna era antissistema, já que suas decisões não decorriam diretamente dos chefes políticos da extrema esquerda. Ela até mesmo lembra que Auguste Blanqui, líder socialista revolucionário, havia sido preso preventivamente, e as sublevações ocorreram nos bairros populares e estavam ligadas às medidas que estrangulavam o modo de vida do povo.

Além disso, a divisão entre Paris e a periferia era central para a Comuna, mas de maneira inversa à que ocorre no contexto vivido pelos *Gilets Jaunes*. Enquanto, atualmente, a França periférica e rural está contraposta às elites urbanas, em 1871, Paris era o símbolo do fogo popular insurrecional. Para os *communards*, a França do interior, da periferia, era a França burguesa, conservadora e católica. Durante a Comuna, a democracia direta funcionava a pleno vapor em todo o território, representando um momento de esperança. Toranian encara essa mesma necessidade de partilha como uma das principais explicações do

sucesso dos movimentos dos *Gilets Jaunes*. Ela considera que a ruptura entre o povo e as elites era mais violenta em 1871, lembrando das reprovações que a Comuna recebeu, inclusive de muitos intelectuais que, de início, foram entusiastas do movimento, tais como Georg Sand, Baudelaire, Flaubert e Victor Hugo. Muitos deles chegaram até mesmo a aprovar a repressão contra o movimento. Quanto à esquerda de 2019, Toranian também aponta as grandes dificuldades que esta possui de se posicionar diante das ações dos *Gilets Jaunes*. A dúvida recai, novamente, sobre a legitimidade da violência.

Retornando para o período de início das passeatas dos *Gilets Jaunes*, em 2018, a reportagem do site da *BBC News*, “Protestos na França: As vozes do ‘gilets jaunes’”³⁹, reproduz os depoimentos daqueles que estavam nas ruas. O primeiro deles é de um motorista de caminhão, que estava de colete amarelo protestando contra o presidente Macron e seu governo. Ele diz: “Estamos cheios de ouvir as promessas dos políticos. O Francês não acredita mais neles”.⁴⁰ Com ao menos 4 mortos contabilizados em 8 de dezembro de 2018, as passeatas foram consideradas pela reportagem britânica como a pior onda de protestos que a França havia visto em décadas. No outro depoimento, a faxineira Natacha Perchat revolta-se contra o preço do combustível. Ela relata que o marido trabalha em uma companhia de transporte e, no início do mês, as contas já ficam no vermelho e, na metade do mês, eles precisam recorrer ao vale alimentação para comprar comida para as crianças. Ela diz: “Nós não vivemos, nós sobrevivemos. Isto é um escândalo”.⁴¹

A violência dos *Gilets Jaunes*, em 2019, é considerada exacerbada e sem sentido por Valérie Toranian⁴², tal como foi muitas vezes encarada em 1871. Toranian faz questão

o que resta da comuna de paris?

de afirmar que, no entanto, ela compreende ainda menos a razão da existência da violência no presente, já que considera incompatível com o contexto democrático e politicamente estável que a França viveria no presente.

O insuportável, em 2021, ainda continua incompreensível para muitos. E, com essa conclusão, nada temos a comemorar.

Notas

¹ Julian Coman. “Vive la Commune? The working-class insurrection that shook the world” in *The Guardian*. International Edition, 07/032021, tradução livre. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/mar/07/vive-la-commune-the-working-class-insurrection-that-shook-the-world> (acesso em: 21/03/2021).

² Idem.

³ Ibidem.

⁴ Roger Martelli. “La Commune de Paris est un bien commun que la République se doit de célébrer” in *Le Monde*. 28/02/2021, tradução livre. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2021/02/28/roger-martelli-la-commune-de-paris-est-un-bien-commun-que-la-republique-se-doit-de-celebrer_6071443_3232.html (acesso em: 21/03/2021).

⁵ “Faut-il célébrer les 150 ans de la Commune de Paris?” in *L'Express*. 04/03/2021, tradução livre. Disponível em: https://www.lexpress.fr/actualite/politique/faut-il-celebrer-les-150-ans-de-la-commune-de-paris_2145638.html (acesso em: 07/03/2021).

⁶ Louise Michel. *La Commune*. Paris, P.-V. Stock Éditeur, 1898. O original pode ser consultado no site Gallica. La Bibliothèque numérique de la Bibliothèque Nationale de France (BnF) et de ses partenaires: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8539374/f13.item>. O site, inclusive, de 18 de março a 28 de maio de 2021, propõe retomar a história da Comuna de Paris pelos próprios testemunhos dos *communards* e das *communardes*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/blog/17032021/gallica-deroule-le-fil-de-la-commune?mode=desktop> (acesso em: 21/03/2021).

⁷ Refiro-me à seguinte passagem de uma entrevista que Foucault concedeu anonimamente: “Parece que Courbet tinha um amigo que acordava à noite berrando: ‘Julgar, eu quero julgar’. É louco isso de as pessoas adorarem julgar. Julga-se em todos os lugares, todo o tempo. Sem dúvida, é uma das coisas mais simples que podem ser dadas para a humanidade fazer. E você sabe perfeitamente que o último homem, quando, finalmente, a última radiação tiver reduzido a cinzas seu último adversário, se postará detrás de uma mesa capenga e iniciará o processo contra o culpado. Não posso me impedir de pensar uma crítica que não procuraria julgar, mas procuraria fazer existir uma obra, um livro, uma frase, uma ideia; ela acenderia os fogos, olharia a grama crescer, escutaria o vento e tentaria apreender o vôo da espuma para semeá-la. Ela multiplicaria não os julgamentos, mas os sinais de existência”. Michel Foucault. “O Filósofo mascarado”. In: *Ditos e escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento (1980-1988)*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005, p. 302.

⁸ A pergunta remete às reflexões de Foucault sobre as ressonâncias do cinismo na cultura ocidental em Michel Foucault. “Aula de 29 de fevereiro de 1984. Segunda hora” in *A Coragem da Verdade. O governo de si e dos outros II. Curso dado no Collège de France. (1983-1984)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

⁹ Ver a análise de Foucault do texto de Kant, “O que é a Revolução?”, sobre a importância do entusiasmo pela Revolução, nas primeiras aulas do curso *O governo de si e dos outros*. Michel Foucault. *O governo de si e dos outros. Curso dado no Collège de France (1982-1983)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

¹⁰ Lançado em 2007, o site e o aplicativo *Babelio* dedica-se a discutir literatura e a divulgar e compartilhar bibliotecas pessoais, contando com as críticas e os comentários de cada usuário. Disponível em: <https://www.babelio.com/auteur/-Association-des-amis-de-la-Commune-de-Paris-1871/156747> (acesso em: 21/02/2021).

¹¹ *Les Amies et Amis de la Commune de Paris*. Disponível em: <https://www.commune1871.org/association/qui-sommes-nous/bulletins-trimestriels> (acesso em: 07/03/2021).

¹² Segundo a página da Wikipédia francesa, o Muro dos Federados é uma parte do cemitério Père-Lachaise, em Paris, diante do qual 147 federados, combatentes da Comuna, foram fuzilados pelo exército de Versailles no fim da Semana Sangrenta, em maio de 1871, e jogados em uma vala comum

o que resta da comuna de paris?

aberta ao pé do muro. Desde então, ele simboliza a luta pela liberdade, a nação e os ideais dos communards (tradução livre). Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Mur_des_F%C3%A9d%C3%A9r%C3%A9s (acesso em: 25/03/2021).

¹³ A construção do site da comemoração dos 150 anos da Comuna de Paris conta com o apoio de: ACER — Les Amis des Combattants en Espagne Républicaine, Amies et Amis de la Commune de Paris 1871, ARAC — Association Républicaine des Anciens Combattants, Artistes de Ménilmontant, Ateliers Beaux-Arts de la Ville de Paris, CGT Info Com, CGT Institut d’Histoire Sociale confédéral, CGT Institut d’Histoire Sociale PTT, Chorale Populaire de Paris, Faisons vivre la Commune!, Fédération Anarchiste — Groupe Commune de Paris 1871, Fondation Gabriel Péri, Fondation Jean Jaurès, FSU Institut de Recherche, L’OURS, La Boîte à Histoire, Les Garibaldiens, Les Pionniers de France, Médiathèques de Saint-Denis, Musée d’art et d’histoire Paul Eluard, Musée Montreuil, PCF Parti Communiste Français, PCF Parti Communiste Français — Paris, PRG Parti des Radicaux de Gauche, Réseau médiathèque, Plainecommune, Société d’Histoire et d’Archéologie du 20ème arrondissement, Société d’Histoire Paris Ile de France, Société Historique La Cité (3e , 4e , 11e , 12e).

¹⁴ “1871-2021. VIVE LA COMMUNE!”, tradução livre. Disponível em: <https://commune150ans.fr/2021/02/24/1871-2021-vive-la-commune/> (acesso em: 07/03/2021).

¹⁵ No espaço “Faisons Vivre la Commune!” [Façamos a Comuna Viver!], o site da BnF cita a seguinte lista de trabalhos: Victorine Brocher. *Souvenirs d’une morte vivante*. Paris, Éditions Libertalia, 2017; Collectif, *Les Vies d’André Léo, romancière, féministe et communarde*. Paris, Presses universitaires de Rennes, 2015; Gérald Dittmar. *Histoire des femmes dans la Commune de Paris*. Paris, Éditions Dittmar, 2003; Odile Krakovitch. “Violence des communardes: une mémoire à revisiter”. *Revue historique*, n. 602, abril-junho 1997; André Léo. *La Guerre sociale*. Paris, Le Passager clandestin, 2011; Claudine Rey, Annie Gayat, Sylvie Pépino. *Petit Dictionnaire des femmes de la Commune de Paris, 1871: les oubliées de l’histoire*. Paris, Le Bruit des autres, 2013; Laetitia Rouxel, Roland Michon. *Des graines sous la neige. Histoire de Nathalie Lemel féministe et communarde*. Paris, Éditions Locus Solus, 2017; Éloi Valat. *Louises, les femmes de la Commune*. Paris, Bleu autour, 2019; Dominique Ségalen. *Marie Bonneviel, communarde et syndicaliste*. Paris, Éditions Detrad, 2018; Édith Thomas. *Les “Pétroleuses”*. Paris, Éditions

L'Amourier, 2019; Carolyn Eichner. *Franchir les barricades: les femmes dans la Commune de Paris*. Paris, Éditions de la Sorbonne, 2020. Disponível em: <https://faisonsvivrelacommune.org/bibliographie-des-titres-disponibles-sur-les-femmes-et-la-commune-de-paris/> (acesso em: 17/03/2021).

¹⁶ A entrevista foi reproduzida pelo site da BnF com o título “Les féministes actuelles devraient se revendiquer de la Commune. Entretien avec Mathilde Larrère”, tradução livre. Disponível em: <https://faisonsvivrelacommune.org/les-feministes-actuelles-devraient-se-revendiquer-de-la-commune/> (acesso em: 17/03/2021).

¹⁷ Sobre a história dessa vestimenta, ver: Christine Bard. *Une histoire politique du pantalon*. Paris, Seuil, 2010.

¹⁸ Héléne Hernandez. “Quel héritage des communardes en 2019?”. Émission Femmes libres sur Radio libertaire, 89.4, 15/04/2020, tradução livre. Disponível em: <https://faisonsvivrelacommune.org/quel-heritage-des-communardes-en-2019/> (acesso em: 17/03/2021).

¹⁹ As obras referenciadas são: Jacques Rougerie. *Paris insurgé: La Commune de 1871*. Paris, Gallimard, 1995; *La Commune et les Communards*. Paris, Gallimard, 2018.

²⁰ Louise Michel. *Mémoires de Louise Michel. Écrits par elle-même*. Paris, F. Roy, Libraire Éditeur, 1886. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k83088k> (acesso em: 07/03/2021).

²¹ Héléne Hernandez, op.cit.

²² Para acompanhar a história de Louise Michel, ler no Blog Gallica: Julie Tchernookov. “Louise Michel, une femme libre au bagne” [Louise Michel, uma mulher livre na prisão]. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/blog/20082018/louise-michel-une-femme-libre-au-bagne?mode=desktop> (acesso em: 07/07/2021).

²³ As *Mujeres Libres* vão retomar o tema da prostituição na Revolução Espanhola. Ver: Margareth Rago. “Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola” in *Estudos Feministas*, Florianópolis, janeiro-abril, 2008.

²⁴ Em 2016, na matéria “Por que a França despertou polêmica ao punir quem paga por sexo”, o site da *BBC News Brasil* noticiava: “Na última quarta-feira, a França aprovou uma lei que muda a regulação da prostituição no país. De agora em diante, é considerado crime pagar por sexo, e quem for pego fazendo

o que resta da comuna de paris?

isso pode ser multado em até 3.750 euros (cerca de R\$ 15,7 mil)". A lei, ainda segundo a reportagem, causou polémica e sofreu críticas, inclusive das próprias prostitutas, pois, com as novas regras, os clientes, para escaparem das prisões, passaram a fazer novas exigências às prostitutas, o que acabou permitindo a prática de atos violentos, pelos programas passarem a ser praticados na casa dos próprios clientes e longe dos espaços públicos ou estabelecimentos mais seguros. Catherine Stephens, ativista da União das Profissionais do Sexo no Reino Unido, disse: "Tivemos casos em que clientes ajudaram pessoas a escapar de situações de coerção. Criminalizar o cliente é algo que trabalha ativamente contra isso, que os desencoraja a tomar o nosso lado", enquanto a própria Anistia Internacional defendeu que as leis que criminalizam quem paga por sexo "significam que prostitutas precisam assumir mais riscos para proteger os clientes de serem detidos pela polícia". Ainda assim, a lei aprovada deu suporte e permitiu ações que oferecessem proteção às vítimas do tráfico ilegal de mulheres. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160407_franca_leis_prostituicao_rm (acesso em: 26/03/2021).

²⁵ Consultar: Michelle Perrot. "A família triunfante", "Figuras e papéis" in *História da Vida Privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* . Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

²⁶ No movimento operário da Primeira República brasileira, surgiram discussões muito semelhantes. Ver: Margareth Rago. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar e a resistência anarquista (1890-1930)* . São Paulo, Paz e Terra, 2014.

²⁷ Ver sobre o antifeminismo crescente no início do século XX em: Michelle Perrot. "As mulheres, o poder, a história" in *Os excluídos da história. Operários, Mulheres e Prisioneiros* . Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1988, pp. 183-184.

²⁸ Hélène Hernandez, op.cit.

²⁹ Idem.

³⁰ "1871-2021. VIVE LA COMMUNE !", op.cit.

³¹ Ver, por exemplo, a seguinte convocação dos *Gilets Jaunes* de Montreuil: "Appel des Gilets Jaunes de Montreuil: 18 mars 2021. Les Gilets Jaunes de Montreuil lancent un appel à associer et célébrer le début de la commune de 1871 avec le mouvement" in *Mediapart* , 24/02/2021. Disponível em:

<https://blogs.mediapart.fr/prc/blog/240221/apel-des-gilets-jaunes-de-montreuil-18-mars-2021> (acesso em: 07/03/2021).

³² Jean-Marc B. “Montmartre: Quand des Gilets Jaunes ravivent le souvenir de la Commune de Paris” in *Le club de Mediapart*, 23/12/2018, tradução livre. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/jean-marc-b/blog/231218/montmartre-quand-des-gilets-jaunes-ravivent-le-souvenir-de-la-commune-de-paris> (acesso em: 17/03/2021). Ao final do artigo, há um recado: “Le Club est l’espace de libre expression des abonnés de Mediapart. Ses contenus n’engagent pas la rédaction” [O Clube é um espaço de livre expressão dos assinantes do Mediapart. Seus conteúdos não envolvem a redação].

³³ “Gilets Jaunes. Les dates clés”. Disponível em: <https://www.liberation.fr/apps/2018/12/gilets-jaunes-les-dates-cles/> (acesso em: 17/03/2021).

³⁴ Jean-Marc B., op.cit.

³⁵ Idem.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Jean Baptiste Thomas. “Commune, héritage et Gilets Jaunes”. *Révolution Permanente — Réseau international de journaux de gauche, 8 langues, la même voix*. 31/03/2019, tradução livre. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Commune-heritage-et-Gilets-Jaunes> (acesso em: 17/03/2021).

³⁸ Valérie Toranian. “Les ‘gilets jaunes’ sont-ils les héritiers de la Commune de Paris?”. *Revue Des Deux Mondes. Revue Mensuelle Fondée en 1829*. 18/03/2019, tradução livre. Disponível em: <https://www.revuedesdeuxmondes.fr/les-gilets-jaunes-sont-ils-les-heritiers-de-la-commune-de-paris/> (acesso em: 17/03/2021).

³⁹ “France protests: The voices of the ‘gilets jaunes’” (tradução livre) in *BBC News*, 8/12/2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-46480867> (acesso em: 17/03/2021).

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Valérie Toranian, op. cit.

o que resta da comuna de paris?

Resumo

Proponho, neste artigo, discutir os embates em torno das comemorações dos 150 anos da Comuna de Paris. Para isso, recorro a matérias que foram publicadas em versão on-line por jornais ingleses e franceses e em páginas diversificadas da internet, que vão de blogs a sites, como o da Associação das Amigas e Amigos da Comuna de Paris, fundada em 1871. Com o objetivo de compreender a relação estabelecida entre o presente e o passado, destaco as conexões entre a Comuna de Paris e as lutas travadas, por exemplo, pelo movimento feminista francês e pelos críticos à democracia representativa e às desigualdades ligadas a ela na atualidade, em especial pelos Gilets Jaunes.

Palavras-chave: Comuna de Paris, imprensa, comemoração, presente.

Abstract

In this paper, I propose to discuss the clashes surrounding the commemoration of the 150th anniversary of the Paris Commune. To this end, I use articles published online in English and French newspapers and diverse internet pages, ranging from blogs to websites, such as the Association of the Friends of the Paris Commune, founded in 1871. To understand the relationship established between the present and the past, I highlight the connections between the Paris Commune and the struggles waged, for example, by the French feminist movement and by critics of representative democracy and the inequalities linked to it today, especially by Gilets Jaunes.

Keywords: Paris Commune, press, celebration, present.

What remains of the Paris Commune?, Priscila Piazzentini Vieira.

Recebido em 8 de março de 2021. Confirmado para publicação em 15 de março de 2021.